

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos.

**Universidade e educação lingüística.**

Revista da Unicsul, São Paulo, v. 3, n.

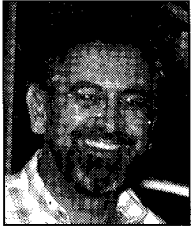
4, p. 85-98, 1998. ISSN/ISBN:

14141892.



# Universidade e educação lingüística

## *The university and linguistic education*



LUIZ CARLOS TRAVAGLIA  
.....

Doutor em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas;  
Professor Titular de Lingüística e Língua Portuguesa do Departamento  
de Ciências da Linguagem da Universidade Federal de Uberlândia.

### RESUMO

*A proliferação de meios de comunicação faz com que muitas pessoas, equivocadamente, minimizem a importância da língua na comunicação humana na pressuposição de que as tecnologias e os meios da mídia e multimídia poderiam de alguma forma substituir a língua no entendimento entre os homens. O objetivo deste artigo é alertar sobre este equívoco e evidenciar a necessidade e a importância de uma educação lingüística em todos os níveis de ensino/aprendizagem, especialmente na Universidade.*

### ABSTRACT

*The proliferation of the means of communication in the late years of this century has led people erroneously to believe in the diminished importance of language in human communication. There is the presupposition that new technology and the media can, in some ways, substitute language. The objective of this article is to call attention to this distortion and point out the need and importance for linguistic education in all phases of teaching/learning process, particularly at the University level.*

### PALAVRAS-CHAVE

*Comunicação, língua, ensino de língua.*

### KEY WORDS

*Communication, language, language teaching.*

**A**lgumas vezes um fato é tão óbvio, é tão evidente que não o percebemos em sua existência. Por isto mesmo se torna necessário falar sobre o mesmo para que percebamos sua realidade e muitas vezes sua importância em nossas vidas. Este é o caso do fato que nos propomos enfocar aqui.

O ser humano se distinguiu das demais espécies animais, entre outras características, pelo fato de possuir a capacidade de usar códigos elaborados para comunicar suas idéias, pensamentos, emoções etc. De todos esses códigos ou sistemas semióticos (capazes de veicular significados/sentidos entre pessoas), o mais complexo, elaborado e difundido é a língua. Assim a capacidade de usar uma língua é característica e caracterizadora da raça humana enquanto tal. Todos os seres humanos, excetuados os casos de patologia, são capazes de adquirir a língua da sociedade em que nasceram e/ou convivem, de uma forma que poderíamos chamar de “natural”, uma vez que não exige qualquer esforço consciente ou explícito. Já a versão escrita da língua normalmente exige para sua aquisição um empenho explícito em uma situação formal de ensino/aprendizagem.

Com o desenvolvimento de tecnologias, o homem criou meios de comunicação variados e cada vez mais sofisticados. Inicialmente inventou a escrita e seu registro por técnicas diversas, inclusive a imprensa que revolucionou o mundo desde seu aparecimento com técnicas incipientes, até nossos dias com as técnicas ultramodernas de impressão. Posteriormente, inventou técnicas de gravação de sons e de imagens, bem como técnicas de reprodução das mesmas; inventou técnicas de transmissão de sons e de imagens a distância e, por fim, conjugou es-

sas técnicas com outras (raios *laser*, informática, satélites etc.). Então, surgiram aparelhos diversos em suas versões iniciais até as mais modernas: gravadores de sons e de imagens (gravadores, câmeras etc.), reprodutores de som e de imagens (toca-fitas, toca-discos, videocassetes, DVDs etc.), transmissores e receptores de sons e de imagens (telégrafo, estações de rádio e de TV e aparelhos receptores de rádio e de TV, telefones, *paggers*, computadores, fax etc.) que neste século evoluíram rapidamente, criando uma verdadeira revolução pela ampliação das possibilidades de comunicação entre os homens em situações em que antes a comunicação era impossível. Toda esta tecnologia de comunicação criou o que hoje se chama de comunicação de massa e de mídia e multimídia que, pela sua rapidez e multiplicidade de possibilidades e funções, levou muitos a prever uma considerável diminuição de importância da língua nas interações comunicativas entre os seres humanos.

Um exame mais cuidadoso da questão mostra que os fatos não são exatamente estes. Tais meios de comunicação permitiram a comunicação em situações em que anteriormente ela não era possível devido à distância no tempo ou no espaço, mas, na verdade, não criaram novos sistemas semióticos (códigos). Em realidade, permitiram novas utilizações de códigos já existentes (língua, códigos de imagens, teatro, música, dança, códigos de sinais etc.) inclusive permitindo maior velocidade na transmissão de mensagens entre interlocutores distantes no espaço. Todavia o que se observa, como já propunha Barthes (*apud* Rector & Yunes, 1980: 4-5), é que na base de todos os outros sistemas semióticos está a língua, ou seja, “por detrás de qualquer signo não-verbal, está um verbal”, pelo menos no sentido

de que todos eles acabam tendo de ser traduzidos ou explicados em termos lingüísticos, uma vez que a língua é o código mais amplo, com maiores possibilidades de veiculação de significados e de forma mais precisa que qualquer outra forma de linguagem, mesmo que ainda tenha também seus problemas de precisão. Além disso, basta fazer um levantamento estatístico do uso da língua (sozinha ou em conjunto com outros códigos) nas diversas situações de comunicação em que nos envolvemos em nosso dia a dia, para se perceber que na maioria delas nos valemos em grande escala da língua.

Assim, o que buscamos mostrar é que toda esta inovação tecnológica e todos estes meios de comunicação são na verdade veículos e não sistemas semióticos capazes de conter/carregar significados/sentidos e possibilitar a troca de mensagens entre pessoas, estabelecendo a comunicação. A maior facilidade de veicular imagens, por exemplo, torna mais fácil a veiculação de mensagens que são melhor transmitidas por imagens do que por palavras, mas não elimina a língua por duas razões: permanecem as mensagens que só podem ser veiculadas pela língua e subsidiariamente a sociedade acaba buscando a explicação das mensagens veiculadas por outros códigos (imagens, pintura, gestos, expressões fisionômicas, música, escultura, arquitetura, teatro, dança, vestuário, código de trânsito etc.) por meio da língua. Além disso, muitos códigos conhecidos em nossa sociedade são derivados da língua (morse, *braille* etc.).

O que se disse até aqui, embora apresentado de maneira bastante sucinta, parece suficiente para demonstrar que a língua ainda é, e provavelmente continuará sendo por muito tempo, de importância fundamental, numa extensão muito grande, para

que a comunicação entre os homens, com todas as conseqüências advindas dessa comunicação, se faça de maneira eficiente, competente. Podemos, portanto, neste ponto, afirmar que uma **educação lingüística** é necessária, importante e fundamental para as pessoas viverem bem em uma sociedade e na cultura que se veicula por uma língua e configura essa língua por meio de um trabalho sócio-histórico-ideológico que estabelece tanto os recursos da língua como regularidades a serem usadas para comunicar quanto os significados/sentidos que cada recurso é capaz de pôr em jogo em uma interação comunicativa.

### EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA: O QUE É E PARA QUE SERVE

Se é importante fazer uma educação lingüística, é preciso dizer o que ela é. Há comunicação quando entre interlocutores temos efeitos de sentido, ou seja, quando um locutor produz um texto (lingüístico ou não lingüístico) e este faz sentido para seu interlocutor, para a pessoa ou pessoas a quem ele dirige o texto e que o recebe(m) e lhe atribue(m) um sentido. Portanto, no caso da língua só há comunicação quando ocorre(m) efeito(s) de sentido entre usuários da língua por meio de um texto produzido por uns e recebido por outros. Todo texto lingüístico é constituído por recursos da língua (palavras, sintagmas, orações, períodos, construções, funções, categorias, recursos fonéticos e prosódicos, flexões, afixos, prefixos e sufixos etc.), escolhidos pelo produtor do texto entre aqueles que a língua coloca à disposição, sempre com um objetivo, uma intenção comunicativa que lhe dá sua dimensão argumentativa em sentido amplo (o fato de que todo texto mobiliza recursos

para a consecução de uma intenção comunicativa). Alguém será um bom usuário da língua quando souber usar de modo adequado os recursos da língua para a construção/constituição de textos apropriados para atingir um objetivo comunicativo dentro de uma situação específica de interação comunicativa, pois o que é adequado para uso em um texto em uma situação pode não sê-lo em outra situação.

Exemplifiquemos esta questão da adequação. Suponha que uma pessoa esteja em um determinado local (uma sala) com outra(s) pessoa(s) em que haja uma janela aberta e entre uma corrente de ar frio que a incomode. Ela quer que a janela seja fechada e pretende que alguém o faça. Então, ela produz um texto e se engaja em um processo comunicativo com a intenção de obter o fechamento da janela. Seu texto poderá ter várias formas (Veja algumas possibilidades em (1)) e cada uma será mais ou menos adequada de acordo com a situação que variará, por exemplo, conforme variem alguns de seus constituintes: que sala é aquela em que a pessoa que produz o texto está (sala de aula, sala de visita de uma casa em que ela foi fazer uma visita, sala de uma empresa etc.); quem são as pessoas a quem ela vai se dirigir (alunos - conhecidos ou desconhecidos; pessoas muito amigas ou com quem ela tem pouca intimidade, pessoas da família: um filho, esposo(a), alguém mais velho, mais novo, um empregado etc.); que imagem ela faz de si, das pessoas com quem vai falar (merecem respeito ou não, cortesia, inferiores/superiores na hierarquia etc.); a pessoa quer ou não parecer gentil, cortês? Uma vez considerados estes fatores, além de outros, é fácil perceber qual texto dentre os de (1) será mais adequado a cada situação. Desse modo a competência do falante,

enquanto usuário da língua, está em:

- a) quando produtor do texto, saber escolher entre as diversas possibilidades oferecidas pela língua para constituir seu texto do modo mais adequado para alcançar seu(s) objetivo(s) em dada situação;
- b) quando receptor do texto, saber distinguir entre o(s) diferente(s) efeito(s) de sentido que cada recurso da língua usado e a forma do texto resultante é capaz de produzir em dada situação, sendo pois um "leitor" (de textos orais ou escritos) capaz de compreender adequadamente os textos que chegam até ele.

- |  |
|--|
| <p>(1) a- Feche a janela, imediatamente!<br/>(ordem peremptória)</p> <p>b- Feche a janela, por favor.</p> <p>c- Você pode fechar a janela?</p> <p>d- Você pode fechar a janela (para mim) (por favor).</p> <p>e- Você podia fechar a janela (por favor).</p> <p>f- Você poderia fechar a janela (por favor).</p> <p>g- Está um vento frio aqui.</p> <p>h- Te incomodaria fechar a janela?</p> <p>i - Te agradeço, se você fechar a janela.</p> <p>j - Está frio. Não te incomoda a/ esta janela aberta?</p> <p>l - É conveniente fechar a janela por que está ventando frio.</p> |
|--|

Obs.: Em muitos casos, na língua oral, as diferentes entonações são também alternativas a serem consideradas.

Podemos, então, dizer agora o que entendemos por educação lingüística. A **educação lingüística** deve ser entendida como

o conjunto de atividades de ensino/aprendizagem, formais ou informais, que levam uma pessoa a conhecer o maior número de recursos da sua língua e a ser capaz de usar tais recursos de maneira adequada para produzir textos a serem utilizados em situações específicas de interação comunicativa para produzir efeito(s) de sentido pretendido(s). A educação lingüística permite saber as condições lingüísticas da significação e, portanto, da comunicação, uma vez que só nos comunicamos quando produzimos efeito(s) de sentido entre nós e nossos interlocutores. A educação lingüística deve, pois, possibilitar o desenvolvimento do que a Lingüística tem chamado de competência comunicativa, entendida esta como a capacidade de utilizar o maior número possível de recursos da língua de maneira adequada a cada situação de interação comunicativa. A educação lingüística trata, pois, de ensinar os recursos da língua e as instruções de sentido que cada tipo de recurso e cada recurso em particular é capaz de pôr em jogo na comunicação por meio de textos lingüísticos.

É preciso que fique claro que não estamos entendendo como educação lingüística o ensino/aprendizagem de teorias lingüísticas/gramaticais com sua metalinguagem (nomenclatura) própria. O que a educação lingüística vai mostrar são os recursos, seus tipos, as diferenças significativas entre eles, sua força argumentativa (isto é, sua capacidade de levar o interlocutor a assumir uma idéia ou a fazer o que o locutor pretende), as nuances entre recursos de significação muito próximos. A educação lingüística deverá também, complementarmente, mas não secundariamente, desenvolver o gosto lingüístico, ou seja, a capacidade de fazer e/ou distinguir construções e usos que podem ser considerados como tendo um valor

estético, como participantes do belo lingüístico. É preciso que fique claro que não estamos propugnando a transformação dos usuários em literatos ou críticos, mas simplesmente que a bela construção pode ser a adequada em uma série de situações de comunicação e seu reconhecimento (para possíveis julgamentos de valor ou não) é uma habilidade desejável nos usuários de uma língua.

Aí está a afirmação do óbvio a que nos referimos no início dessas considerações:

- a) o desenvolvimento dos meios de comunicação modernos não torna a língua um elemento secundário na comunicação entre os seres humanos;
- b) a maior parte da comunicação humana se faz por meio da língua ou, de alguma forma, na dependência dela;
- c) a comunicação eficiente, competente entre os seres humanos é fundamental para o entendimento entre os homens e este entendimento é necessário e crucial para que os homens vivam e convivam bem. Podemos dizer, pois, que a boa comunicação garante não só a qualidade de vida em uma sociedade, mas a própria vida, a própria existência da humanidade enquanto tal, tanto no sentido de “ser humano” em oposição ao “não ser humano”, quanto no sentido da própria existência das entidades que compõem a humanidade, uma vez que o não-entendimento pode levar a problemas, conflitos e, em conseqüência, à própria extinção do homem, da humanidade;
- d) dada a importância da comunicação entre os homens e a importância da língua nesta comunicação é fundamental uma educação lingüística.

## QUEM DEVE PROMOVER A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA?

Quem deve fazer a educação lingüística? Evidentemente, todos na sociedade, começando pela família em cujo meio a criança adquire a língua, passando a saber usar uma série de recursos da mesma, adquirindo-a, como dissemos, de uma maneira que podemos chamar de “natural”, sem qualquer atividade formal estruturada para este fim. O meio em que a criança vive e convive será o responsável por seu aprendizado lingüístico. A criança se torna capaz de usar a língua, normalmente em uma de suas variedades (dialeto e registros usados no seu meio, na modalidade oral). A partir de um certo momento, a pessoa vai para a escola e esta será responsável por uma parte considerável da sua formação lingüística, iniciando-se uma educação lingüística formal que, como vimos, deverá desenvolver a competência comunicativa da pessoa.

Já ressaltamos que essa educação lingüística não deve, em sua essência, ser constituída pelo ensino/aprendizagem de metalinguagem de teorias lingüísticas/gramaticais, embora eventualmente se possa considerar desejável que os aprendizes saibam alguns elementos teóricos como, por exemplo: a) o que é um verbo em oposição a um nome (substantivo, adjetivo); b) o nome dado a certos elementos flexionais indicadores de categorias gramaticais (número: singular x plural, gênero: masculino x feminino, tempo, modalidade, voz, aspecto, pessoa do discurso) e o que cada um indica; c) a distinção entre orações, períodos, frases e seus constituintes ou outras unidades da língua; d) a distinção entre agentes, processos, objetos, circunstanciadores, intensificadores etc.; e) outros elementos teóricos. O apren-

dizado destes elementos de metalinguagem, de teorias que buscam explicar como a língua é e como funciona, não deve, no entanto, ser o objetivo primordial da educação lingüística, mas deve ser visto apenas como um meio auxiliar na mesma. O fim essencial da educação lingüística deve ser a discussão de como cada tipo de recurso da língua e como cada recurso em particular pode significar dentro de um texto.

Na educação lingüística formal feita pela escola, além do aspecto essencial que já registramos mais de uma vez, é preciso estar atento a alguns aspectos que serão importantes para que as pessoas possam usar a língua sem certos problemas desnecessários, como os que surgem dos preconceitos nascidos da pouca compreensão da questão das variedades lingüísticas. Assim, é nosso ponto de vista que uma educação lingüística, além do estudo das condições lingüísticas da significação, não pode descuidar dos aspectos que enfocamos a seguir.

Em primeiro lugar, é preciso alertar as pessoas para a questão das variedades lingüísticas: os dialetos e registros que toda língua possui. Do ponto de vista comunicacional, essas variedades são igualmente válidas, todavia, a sociedade estabelece uma espécie de “etiqueta social” para o uso da língua e certas formas lingüísticas são mais ou menos valorizadas na sociedade. Por esta razão, tais formas devem ou não ser empregadas em certas situações. Semelhantemente a uma norma social que estabelece que tipo de roupa devemos usar em cada tipo de situação, também há uma norma social para uso das formas lingüísticas. Quase sempre essa norma de uso (que configura o que se tem chamado de gramática normativa) não é calcada em critérios lingüísticos, mas se estabelece atendendo a razões de prestí-

gio social (econômico, político, cultural), de tradição, de estética, de nacionalidade e/ou nacionalismo. Esta norma social de uso acabou estabelecendo uma variedade como a variedade culta e padrão (norma culta, norma padrão) a ser usada preferencialmente em um grande número de situações. Aconteceu, porém, que o ensino escolar acabou passando a dizer que esta é a única forma válida da língua, o que não é verdade.

É necessário e importante que a educação lingüística ensine a norma culta ou padrão dada a sua importância política, econômica, cultural em nossa sociedade, inclusive como instrumento de mobilidade social para os cidadãos, mas é preciso que fique claro que ela é uma forma de usar a língua apropriada para uso em um grande número de situações, de modo semelhante ao fato de que devo usar terno e não bermuda e camiseta em uma série de situações, mas há outras situações em que o uso de bermuda e camiseta é perfeitamente plausível e mais adequado. Assim, do ponto de vista comunicacional, não há propriamente diferenças entre dizer “muité”, “nós foi” ou (2a) e (3a) (registro coloquial), por um lado, ou dizer “mulher”, “nós fomos” ou (2b) e (3b) (registro formal, culto), por outro. Mas há diferenças quanto à adequação (do ponto de vista das normas sociais do uso das variedades lingüísticas) dessas formas ou possibilidades da língua à situação em que são usadas.

- |   |
|---|
| (2) a- O rapaz que eu saí com ele é muito gentil. |
| b- O rapaz com quem saí é muito gentil.           |
| (3) a- Os menino levado quebrô a janela.          |
| b- Os meninos levados quebraram a janela.         |

A educação lingüística deve, pois, alertar para a existência das variedades lingüísticas, suas características, e quando é adequado o seu uso.

Em segundo lugar, a educação lingüística formal é a responsável, quase sempre, pela aquisição da variedade escrita da língua, que é uma variedade de modo, em oposição à variedade falada. Neste caso é preciso mostrar as características diferenciais entre a modalidade escrita e a falada da língua de modo que o usuário da mesma adquira o estilo escrito e não faça uma simples transposição do oral para o escrito, o que normalmente cria falhas que prejudicam a comunicação em situações em que o escrito é a forma mais adequada de uso da língua. Além do mais, é preciso trabalhar a escrita com a consciência e, portanto, com a postura de que ela é uma convenção.

Finalmente, é importante mostrar que, mesmo dentro de uma variedade da língua, esta, quase sempre, nos possibilita a escolha entre recursos alternativos e que é preciso estar consciente das instruções de sentido que cada alternativa é capaz de veicular para fazer uma escolha que permita construir/constituir o texto mais adequado para a consecução de nossos objetivos dentro da situação de comunicação em que estamos envolvidos.

Qual é o papel da Universidade na educação lingüística? Propõe-se sempre que é um papel múltiplo. Em primeiro lugar, promover a educação lingüística de seus alunos no sentido já especificado. Pressupondo que o aluno chegue à Universidade com uma boa educação lingüística, capaz de usar adequadamente uma grande quantidade e variedade de recursos lingüísticos, seria papel da Universidade continuar a educação lingüística do universitário, buscando desen-



volver ainda mais sua competência comunicativa, pela aquisição e aperfeiçoamento do uso de mais recursos da língua (léxico, vocabulário, construções, recursos e estratégias argumentativas etc.) e, ainda, como face desejável da educação lingüística formar e/ou aperfeiçoar o gosto lingüístico.

Todavia, tendo em vista a pouca importância que se tem dado, no ensino fundamental e médio, a uma educação lingüística pertinente para a vida que é constituída pelo ensino/aprendizagem das condições lingüísticas da significação, o que se tem observado é que os universitários com uma freqüência não desejada têm chegado à Universidade com deficiências muito grandes em sua competência comunicativa, em sua capacidade de usar a língua de forma adequada para a consecução de seus objetivos comunicativos em situações específicas de interação comunicativa. Diante disso, o que a Universidade tem de fazer é não só desenvolver ainda mais uma boa competência já estabelecida, mas, na verdade, suprir deficiências no uso lingüístico que podem comprometer o exercício profissional futuro do aluno que está formando.

Em segundo lugar, a Universidade tem de, por meio da pesquisa, disponibilizar, para os professores de todos os níveis, informações sobre a constituição e funcionamento da língua, explicitando como cada tipo de recurso da língua e cada recurso em particular funciona para constituir textos, o que eles são capazes de fazer em um texto e como eles podem significar nos textos. Em suma, a pesquisa lingüística tem de fazer uma gramática entendida como o estudo das condições lingüísticas da significação. Além de produzir este conhecimento, a Universidade precisa fazer com que ele chegue não só aos professores de língua portuguesa (es-

pecialmente nos cursos de Letras, formadores de professores de língua e literatura), mas também aos professores das demais disciplinas em sua formação profissional, pois, sendo usuários competentes da língua, certamente ajudarão na educação lingüística dos seus alunos e na futura formação de bons profissionais, pois pode-se duvidar se há bons profissionais sem que estes saibam se comunicar competente e adequadamente.

Dessa forma, pode-se dizer que cabe à Universidade: a) produzir o conhecimento lingüístico necessário para subsidiar um bom trabalho de educação lingüística; b) formar profissionais competentes que sejam responsáveis diretos (professores de português e de literatura) ou indiretos (professores de outras disciplinas) pela educação lingüística; c) desenvolver a competência comunicativa dos profissionais de qualquer área que forme, tendo em vista que a competência comunicativa é componente essencial à formação de bons profissionais em qualquer área; d) ajudar a estabelecer a consciência da importância da educação lingüística de tal forma que as pessoas, entendendo sua essencial correlação com a possibilidade de ser cidadãos de primeira categoria e de viver bem e com mobilidade dentro de uma sociedade, desejem e busquem, como um direito seu, uma boa formação lingüística.

Na próxima seção, vamos buscar dar alguns exemplos do tipo de coisas de que deve tratar uma educação lingüística para desenvolver a competência comunicativa de uma língua.

## COMO FAZER A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA

Evidentemente, o espaço de que dispomos aqui não permite a exposição de todo

um programa e metodologia de educação lingüística. O que vamos fazer é dar alguns exemplos que mostrem em que direção a educação lingüística deve ir.

Uma crítica que normalmente ouvimos é sobre o vocabulário que é dominado pelos estudantes que chegam à Universidade. Normalmente se afirma que seu vocabulário é pobre. Sendo isto verdade, é preciso perguntarmos o que temos feito para que eles tenham um vocabulário mais rico e para que sejam capazes de empregá-lo para exprimir não só uma variedade desejável de idéias, conceitos etc., mas também nuances das mesmas. Na verdade, o vocabulário é constituído de palavras que são recursos da língua a serem adquiridos, o que significa memorizá-las e ter consciência dos sentidos que cada uma é capaz de veicular; semioticamente falando, ter consciência das unidades culturais que cada palavra pode evocar quando usada em um texto em uma situação específica de comunicação.

É preciso, pois, fazer exercícios de vocabulário que tratem basicamente dos seguintes fatos: a) diferentes sentidos de uma mesma palavra; b) sinônimos, discutindo o sentido de palavras, o sentido de expressões e as diferenças de sentido entre sinônimos; c) diferentes palavras com o mesmo sentido; d) antônimos; e) homônimos; f) parônimos; g) processos de formação de palavras, estudando prefixos, sufixos, radicais e seus sentidos, incluindo aqui a questão dos cognatos. Tais exercícios, se bem conduzidos, com base nos conhecimentos sobre léxico e sua aquisição desenvolvidos pela Lingüística e pela Lingüística Aplicada, poderiam evitar tal pobreza de vocabulário, o emprego inadequado das palavras, o surgimento desnecessário de gírias, uma vez que estas só têm razão de ser quando desempenham

funções sociais de identificação de um grupo para si e perante a sociedade pela sua maneira particular de dizer e significar.

A educação lingüística neste aspecto evitaria, por exemplo, que um repórter dissesse algo como (4a), como realmente disse, quando deveria dizer algo como (4b). Com (4a), o repórter acabou passando a idéia de que as pessoas estavam a favor de ter doenças respiratórias, que aprovavam esta possibilidade, estando mesmo dispostas a agir para sua ocorrência. Este não parece ser o caso no senso comum e, a ser verdade isto, seria necessário que tivéssemos toda uma situação especial (que teria de ser explicada pelo repórter) e que fosse explicado também por que as pessoas quereriam ter doenças respiratórias. Na verdade, a idéia é de que com o tempo seco o organismo fica mais predisposto a sofrer doenças respiratórias, o que parece ser melhor expresso por algo como (4b):

- (4) a- “Com este tempo seco as pessoas ficam mais favoráveis a ter doenças respiratórias” (Telejornal MG-TV, junho de 1997).
- b- Com este tempo seco as pessoas ficam mais sujeitas a ter doenças respiratórias.

Um outro exemplo é o que temos em (5). Um universitário, referindo-se a um projeto de iniciação científica pelo qual era responsável, utilizou (5a) em um relatório, quando seria mais adequado que tivesse usado (5b), tendo em vista que, embora “terminal” e “final” sejam sinônimos, “terminal” é mais usado para algo que está no final da vida ou prestes a morrer (doente terminal), enquanto “final” não tem esta especialização de uso e pode ser empregado para indicar a fase em

que algo está sendo concluído ou terminando. O verbo cognato pode ser usado neste caso (5c), mas não o adjetivo, porque este tem um uso especializado quase sempre ligado a doentes (5d). O texto de (5a) talvez pudesse ser usado para indicar metaforicamente, e às vezes até jocosamente, que o projeto estivesse “morrendo”, acabando por razões outras que não a sua conclusão normal, talvez por falta de verbas, desentendimentos na equipe, falta de apoio institucional. A educação lingüística mostraria este fato e evitaria o uso inadequado de (5a) feito pelo aluno em seu relatório.

- (5) a- O projeto está em fase terminal.  
 b- O projeto está em fase final.  
 c- Estou terminando o projeto.  
 d- José é um doente terminal e deve ser tratado com paciência.

Outro exemplo é o do publicitário que escreveu em um folheto de hotel o texto de (6a). O texto não tem qualquer problema quanto ao uso de norma culta e quanto a sua significação. O problema aparece quando vemos que o uso do verbo “dar” sugere que as facilidades são serviços ou comodidades de que o hóspede pode desfrutar gratuitamente, quando, na verdade, o hotel não os oferece gratuitamente, mas apenas os coloca à disposição dos hóspedes, que, todavia, devem pagar por eles. Neste caso, seria melhor o uso do verbo “oferecer” (6b) que permite significar que o hotel disponibiliza os serviços e comodidades, sem sugerir gratuidade dos mesmos. O uso de (6a), neste caso, não é adequado, inclusive porque possibilita gerar conflitos entre os hóspedes e o hotel, que pode até mesmo enfrentar processos por propaganda enganosa, o que está contra o código do consumidor.

- (6) a- O hotel dá muitas facilidades.  
 b- O hotel oferece muitas facilidades.

No campo das construções, poderíamos dar o exemplo de (7). O trecho reproduzido em (7a) faz parte de um texto de um universitário sobre felicidade em que ele queria dizer que “há poucas pessoas que estão em paz consigo mesmo”. Ao usar (7a) ele não consegue produzir este efeito de sentido, mas na realidade disse que “existe uma certa quantidade de indivíduos de baixa estatura que estão em paz consigo mesmo”. O texto assim construído permite, ao mesmo tempo, pressupor que outra parte dos indivíduos de baixa estatura não estariam satisfeitos e em paz consigo mesmos, provavelmente porque não gostem de ser baixinhos. Qual é o problema aqui? A colocação da expressão “muito pequeno” em (7a) faz com que o adjetivo “pequeno” se refira ao substantivo “indivíduo” e não ao substantivo “número” como o produtor do texto queria. Esta segunda referência só é possível com a colocação de “muito pequeno” tal como em (7b). Podemos, pois, dizer que a colocação feita em (7a) é inadequada para produzir o efeito de sentido pretendido. A educação lingüística chamaria a atenção para fatos como estes e o produtor seria mais atento à colocação dos elementos lingüísticos no texto.

- (7) a- Há um número de indivíduos **muito pequenos** que está em paz consigo mesmo.  
 b- Há um número **muito pequeno** de indivíduos que está em paz consigo mesmo.

Vejam os últimos exemplos, que se referem ao emprego do grau dos adjetivos. Um

aluno universitário (3º período) usou, em seu texto sobre a emancipação das mulheres, o trecho de (8a), em que temos grau comparativo de superioridade aplicado ao adjetivo “analfabetas”.

(8) a- Antigamente, quando as mulheres eram mais analfabetas que os homens.

b- Antigamente, quando havia mais mulheres analfabetas do que homens analfabetos.

c- Antigamente, quando havia mais mulheres analfabetas do que homens.

d- Antigamente, quando havia mais mulheres do que homens analfabetos.

e- Antigamente, quando o número de mulheres analfabetas era maior do que o de homens analfabetos.

f- Antigamente, quando a taxa/porcentagem de mulheres analfabetas era maior que a taxa/porcentagem de homens analfabetos.

g- Antigamente quando a taxa/porcentagem de homens analfabetos era maior que a taxa/porcentagem de mulheres analfabetas.

(9) João é mais homem do que Pedro.

Devemos observar aqui alguns fatos. Em primeiro lugar, a característica de “analfabetas” não é vista como graduável do mesmo modo que, por exemplo, as características de “quente”, “escuro”, “inteligente”, “alto” etc. são graduáveis. Não podemos ter nem mesmo um efeito de sentido (e, portanto, uma interpretação) como a que se pode ter em (9) em que “homem” (tomado aqui como um atributivo), embora não seja

graduável, permite, ao se lhe aplicar um grau comparativo de superioridade, o efeito de sentido em que se entende que João possui um maior número que Pedro daqueles atributos que a nossa cultura vê como caracterizadores de um indivíduo como homem (não no sentido biológico): coragem, força, ousadia, freqüência e/ou qualidade de atividade sexual, ombridade etc. Se não pode haver gradação de “analfabetas” e não é possível um efeito de sentido como o de (9), então o receptor do texto vai considerar que o produtor do texto pretendia um sentido semelhante ao que se tem em (8b) ou em (8e), o que foi confirmado pelo produtor do texto.

Alguém poderia usar para produzir o mesmo efeito de sentido alternativas como (8c, 8d). Parece-nos, entretanto, que tais opções não são as mais adequadas, pois embora (8c) e (8d) possam ser interpretadas com um sentido semelhante a (8b) e (8e), são construções dúbias, podendo ter outros sentidos. Por exemplo, (8c) terá sentido semelhante a (8b, 8e), quando o receptor do texto considerar que ocorre a elipse do adjetivo “analfabetos”, logo depois do substantivo “homens”, mas se o receptor não considerar a ocorrência de tal elipse, (8c) poderia ser entendida também como dizendo que “o número de mulheres analfabetas existentes antigamente em um certo momento era superior ao número de homens existentes, independentemente destes serem ou não analfabetos”. Já (8d) terá sentido semelhante a (8b, 8e) se o receptor considerar ocorrência de elipse de “analfabetas” após o substantivo “mulheres”, caso contrário, o sentido poderá ser o de que “antigamente, em um dado momento, o número de mulheres existentes (independentemente destas serem ou não analfabetas) era

maior do que o número de homens analfabetos existentes no mesmo momento”. Como se vê aqui, a questão do que se pode ou não deixar elíptico, quando se pretende produzir certo efeito de sentido é pertinente. Assim parece que, para dizer o que pretendia, nosso universitário produtor do texto deveria optar por (8b) ou (8e).

Como vimos, o uso de (8b) ou (8e) seria perfeitamente plausível para se usar em uma situação em que tivéssemos, por exemplo, 1.000.000 de mulheres analfabetas e 800.000 homens analfabetos. Estamos tratando de números absolutos. Todavia, suponhamos que esse número de mulheres analfabetas representasse 40% das mulheres existentes, enquanto esse número de homens analfabetos representasse 60% dos homens existentes. (8b) e (8e) não seriam adequadas para a expressão dessa realidade proporcional e o produtor do texto para este sentido teria de usar uma das duas possibilidades agrupadas em (8g).

Aqui é preciso chamar a atenção ainda para outro fato. Suponhamos o quadro numérico aqui configurado em termos de número absoluto e número relativo de homens analfabetos e mulheres analfabetas existente em um dado momento do passado. O produtor de um texto que estivesse falando dessa situação em seu texto poderia optar por expressar os fatos usando (8b) ou (8e), por um lado, e (8g), por outro lado. O que norteará sua escolha? Certamente, a visão que lhe interessasse passar. Se ele quisesse construir um texto que argumentasse a favor de fazer o seu receptor pensar que a situação das mulheres era pior que a dos homens no que se refere à alfabetização, usaria (8b) ou (8e); mas, se quisesse, ao contrário, construir um texto que argumentasse a favor de fazer o seu receptor pensar

que a situação das mulheres era melhor que a dos homens no que se refere à alfabetização, usaria (8g). (8f) não se aplica à situação proporcional aqui configurada e seria uma inverdade se fosse usada com relação a esta realidade. O que já é uma outra questão. Um texto que se pretendesse neutro na apresentação da realidade sobre o analfabetismo de homens e mulheres em um dado momento não poderia usar nem (8b), nem (8e), nem (8g). Teria de usar outras possibilidades que apresentassem o quadro absoluto e proporcional que daria a conhecer a realidade sem apresentar fatos de modo a argumentar favorável ou desfavoravelmente a um ou outro lado.

Até agora falamos de como a educação lingüística poderia atuar mostrando como cada tipo de recurso da língua e cada recurso em específico funciona para significar nos textos e o fizemos por meio de exemplos que mostram problemas que seriam evitados por uma educação lingüística que realmente desenvolvesse a competência comunicativa. Para mais exemplos, os leitores interessados, que vão me perdoar o pecado da autocitação, podem recorrer a Travaglia (1996). Para finalizar, gostaríamos de dizer que a educação lingüística pode não só partir do trabalho com os tipos de recursos da língua e com os recursos em particular, mas também realizar um trabalho a partir de instruções de sentido específicas. Assim, pode-se trabalhar com os alunos, por exemplo, em termos de responder a questões como: que recursos a língua coloca a nossa disposição para expressar, por exemplo, a quantidade, o tempo, a comparação, a relação causa-consequência, a ordem, o desejo, etc. e suas nuances e particularidades? O trabalho nesta direção permitirá aos usuários da língua perceber quais elementos que, às vezes, são

vistos como totalmente diferentes têm uma relação ao funcionar no texto para expressar uma determinada noção básica, com todas as suas variações e de maneiras diferentes.

Tomemos como ilustração um trabalho que buscasse desenvolver a competência comunicativa de usuários da língua, fazendo com que eles fossem capazes de usar o maior número de tipos de recursos e de recursos que a língua coloca à disposição para expressão da **quantidade**. Neste caso, o encarregado de estruturar o processo de ensino/aprendizagem para concretizar a educação lingüística deveria tratar de elementos ou recursos da língua, tais como:

- 1) a categoria de número (singular x plural), pois, como o próprio nome da categoria diz, a oposição singular x plural é usada para marcar a oposição quantitativa entre “um” e “mais de um”. É por esta razão que dissemos que (3a), sem as marcas de concordância exigidas pela norma culta, equivale comunicacionalmente a (3b), pois a colocação da marca de plural no recurso lingüístico que muitos chamam de artigo definido “os” é suficiente para o interlocutor do produtor do texto saber que se está falando de mais de uma entidade nomeada “menino”. As outras marcas de plural colocadas em (3b) são, na verdade, redundantes. Todavia, é bom lembrar que dissemos que (3a) e (3b) pertencem a variedades lingüísticas diferentes e pelas regras sociais de uso da língua não podem ser usadas nas mesmas situações, sem acarretar conseqüências em função da violação dessas normas sociais. Mas, do ponto de vista da indicação da quantidade de meninos, (3a) e (3b) se equivalem. Aqui se pode discutir a re-

lação do singular-plural e seu uso com elementos contáveis (menino/meninos) e não contáveis (madeira/madeiras) que criam efeitos de sentido diversos;

- 2) os numerais que, ao contrário do número, indicam quantidades determinadas em número (cardinais), em ordem (ordinais) e relativas a algo conhecido (fracionários e multiplicativos);
- 3) os pronomes indefinidos que indicam quantidades imprecisas, mas diferentes: vários, poucos, muitos, nenhum, todos, diversos etc.;
- 4) os coletivos que indicam conjuntos com número definido (dúzia, grossa etc.) ou indefinido (bando, manada, enxame etc.) de elementos;
- 5) o artigo definido que indica totalidade em construções como “João comeu o bolo”, isto é, “comeu o bolo todo”. Ao artigo definido indicando totalidade contrapõem-se os recursos de 6 e 7 abaixo, indicando parte;
- 6) as construções partitivas como, por exemplo, “João comeu do bolo”;
- 7) substantivos indicadores de porções, como, por exemplo, “João comeu uma parte/um pedaço/uma fatia do bolo”. Aqui entra também o substantivo pitada, como em “pitada de sal”;
- 8) certos continentes que funcionam como quantificadores de substâncias que não são contáveis como, por exemplo, “um copo/uma colher de água/farinha/cenoura ralada etc.”;
- 9) nomes de medidas como quilo, metro etc. e seus correlatos;
- 10) sufixos, como -ADA (meninada, mulherada, indaiada etc.); -OSO (gostoso, valoroso, saboroso, sebooso etc.);

-ENTO (oleento, areento etc.).

Como se pode perceber, o trabalho de educação lingüística por meio das instruções de sentido, conjugado ao trabalho com os tipos de recursos e recursos particulares, em que se levanta como eles podem significar, parece capaz de tornar as pessoas usuários competentes da língua à medida que se tornam capazes de significar melhor para se comunicar utilizando a língua em conjugação com outras formas de linguagem ou não.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se ter evidenciado que entre os muitos desafios que a escola, em particular a Universidade, tem de enfrentar na formação do homem para que ele possa se adaptar e viver bem em um mundo em constante mutação, num processo de mudança que se torna cada vez mais rápido, ganha especial relevo a questão da comunicação, já que somente através dela o homem pode integrar com o outro, compreendê-lo e também receber e acumular conhecimento e até mesmo ter condições para fazer com que o conhecimento avance na descoberta de fatos desconhecidos. Para efetivação da comunicação, a língua continua sendo o instrumento básico e fundamental, apesar de todo o avanço tecnológico que tende a multiplicar o número de meios de comunicação e suas aplicações que, no século XXI, devem avançar para fronteiras inimagináveis. Se a comunicação é tão importante para a humanidade, a perspectiva que se abre para a Universidade na entrada de um novo século e de um novo milênio é a de instru-

mentalizar apropriadamente o homem para a comunicação, que, como vimos, é fundamental para a existência e manutenção da humanidade enquanto tal. Neste trabalho de instrumentalização do homem para a comunicação, permanece ainda, e por muito tempo permanecerá, o caráter central que a língua tem no processo comunicativo. Daí a importância da educação lingüística que, uma vez que se faz para a comunicação, deve sempre ser feita em uma perspectiva textual, já que nos comunicamos por textos e os recursos da língua funcionam dentro destes para a produção de efeitos de sentido que se quer em situações específicas de comunicação com um fim específico.

A Universidade, além de atuar na educação lingüística como formadora de usuários, tem dois compromissos complementares como perspectiva e desafio: primeiro, o de desenvolver e divulgar conhecimentos através da pesquisa em Lingüística e Lingüística Aplicada, que representem subsídios para o trabalho de educação lingüística, e segundo, o de formar educadores para realizar a desejada e competente educação lingüística das pessoas dentro de uma sociedade e de uma cultura.

---

### BIBLIOGRAFIA

- RECTOR, M. & YUNES, E. (1980). **Manual de semântica**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- TRAVAGLIA, L. C. (1996). **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo, Cortez.